



COINTER PDVAgro 2020

V CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Edição 100% virtual | 02 a 05 de dezembro

ISSN:2526-7701 | PREFIXO DOI:10.31692/2526-7701

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA AMAZÔNIA FLORESCER RURAL, NA ILHA DE MOSQUEIRO, BELÉM – PARÁ.

MICRO EMPRENDIMIENTO RURAL: ESTUDIO DE CASO DE PROGRAMA RURAL AMAZÔNIA FLORESCER, EN ISLA DE MOSQUEIRO, BELÉM - PARÁ.

RURAL MICRO ENTREPRENEURSHIP: CASE STUDY OF AMAZÔNIA FLORESCER RURAL PROGRAM, IN ISLAND OF MOSQUEIRO, BELÉM - PARÁ.

Apresentação: Comunicação Oral

Meirivane da Silva Lisboa¹; Hugo Manoel Santos Costa²; Ewellyn da Conceição Pinheiro³ Mauro Junior Borges Pacheco⁴; Andreia Costa de Sousa.⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.VCOINTERPDVAgro.0332>

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o perfil dos microempreendedores que são beneficiários do programa de microcrédito Amazônia Florescer Rural, na Ilha de Mosqueiro em Belém do Pará, no ano de 2019. Para isso, a revisão bibliográfica aborda: os aspectos teóricos do microcrédito; a agricultura familiar e PRONAF; o histórico do Banco da Amazônia e o Amazônia Florescer; e o microempreendedorismo rural. A área de estudo foi escolhida pelo número de microempreendedores participantes do programa, sendo um total de 221 dos quais 64 foram entrevistados, em oito comunidades rurais, a amostragem foi intencional, já que o interesse da pesquisa era apenas nesse grupo específico; a abordagem foi quantitativa, para fins descritivos, e quanto aos meios, pode ser considerada uma pesquisa de campo através de levantamento de dados. Os resultados apontam que dentre o público atendido prevalecem pessoas do sexo masculino; com idade de 48 a 67 anos; nível fundamental incompleto; renda de até um salário mínimo; trabalham com atividade rural e moram na localidade a mais de 10 anos. As principais atividades praticadas são: roça, avicultura e horticultura; a venda é realizada no próprio local; não é realizado controle dos dados produtivos; os entrevistados conheceram o programa através da associação ou cooperativa, visita do agente de crédito ou por sugestão de amigos; os investimentos foram para a expansão do negócio ou melhoria do espaço; pouco mais da metade ainda está no primeiro empréstimo; não participaram de curso de capacitação; ou receberam assistência técnica; dentre as principais dificuldades encontradas estão a falta de incentivo governamental e venda dos produtos, apesar disso os entrevistados apresentaram características empreendedoras no que tange ao ambiente, atitude e conhecimento.

Palavras-Chave: Amazônia Florescer Rural; Microcrédito; Microempreendedorismo.

¹ Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA), e-mail

² Acadêmico de Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA), hugoagro17@gmail.com

³ Acadêmica de Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA), ewepinheiro25@gmail.com

⁴ Acadêmico de Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA), mauro.jr720@gmail.com

⁵ Doutora, Universidade Federal Rural da Amazônia(UFRA), andriacostas@hotmail.com

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo analizar el perfil de los microempresarios beneficiarios del programa de microcrédito Amazonas Florescer Rural, en la Isla Mosqueiro en Belém do Pará, en 2019. Para ello, la revisión bibliográfica aborda: los aspectos teóricos del microcrédito; agricultura familiar y PRONAF; la historia del Banco da Amazônia y Amazônia Florescer; y microempresas rurales. El área de estudio fue elegida por el número de microempresarios participantes en el programa, un total de 221 de los cuales 64 fueron entrevistados, en ocho comunidades rurales, el muestreo fue intencional, ya que el interés de la investigación fue solo en este grupo específico; el enfoque fue cuantitativo, con fines descriptivos, y en cuanto a los medios, se puede considerar una investigación de campo a través de la recolección de datos. Los resultados muestran que entre el público atendido, predominan los hombres; de 48 a 67 años; nivel fundamental incompleto; ingresos de hasta un salario mínimo; trabajan con actividad rural y viven en la localidad desde hace más de 10 años. Las principales actividades que se practican son: agricultura, avicultura y horticultura; la venta se realiza in situ; no se controlan los datos de producción; los entrevistados conocieron el programa a través de la asociación o cooperativa, visitando al agente de crédito o por sugerencia de amigos; se hicieron inversiones para expandir el negocio o mejorar el espacio; poco más de la mitad está todavía en el primer préstamo; no participó en un curso de formación; o recibió asistencia técnica; entre las principales dificultades encontradas se encuentran la falta de incentivo gubernamental y la venta de productos, a pesar de esto, los entrevistados presentaron características emprendedoras en cuanto al entorno, actitud y conocimiento.

Palabras Clave: Amazônia Florescer Rural; Microcrédito; Microemprendimiento.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the profile of microentrepreneurs who are beneficiaries of the Amazon Flourish Rural microcredit program, on Mosqueiro Island in Belém do Pará, in 2019. For this, the literature review addresses: the theoretical aspects of microcredit; family farming and PRONAF; the history of the Amazon Bank and the Amazon Flourish; and rural micro entrepreneurship. The study area was chosen by the number of microentrepreneurs participating in the program, with a total of 221 of which 64 were interviewed, in eight rural communities, the sampling was intentional, since the research interest was only in this specific group; The approach was quantitative, for descriptive purposes, and as a means, can be considered a field research through data collection. The results indicate that among the served public prevails males; aged 48 to 67 years; incomplete fundamental level; income of up to one minimum wage; They work with rural activity and live in the locality for more than 10 years. The main activities are: agriculture, poultry and horticulture; the sale is made on site; control of productive data is not performed; interviewees learned about the program through the association or cooperative, visit of the loan officer or at the suggestion of friends; the investments were for business expansion or space improvement; just over half is still on the first loan; did not participate in a training course; or received technical assistance; Among the main difficulties encountered are the lack of government incentive and product sales, although the interviewees presented entrepreneurial characteristics regarding the environment, attitude and knowledge.

Keywords: Amazon Flourish Rural; Microcredit; Micro entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura econômica brasileira tem levado muitas pessoas a sentirem não apenas o desejo, mas a necessidade de abrir o próprio negócio, o número de trabalhadores por conta própria é recorde da série histórica chegando a 24 milhões de pessoas (Agência IBGE Notícias, 2019).

Apesar disso, para se manter no mercado, não basta apenas ter determinação, já que segundo dados do SEBRAE 24,4% das micro e pequenas empresas abertas, fecham as portas com menos de dois anos de existência. E esse percentual pode chegar a 50% nos

estabelecimentos com menos de quatro anos.

Diversos são os fatores que levam ao fechamento desses empreendimentos, dentre eles: falta de recursos financeiros para a melhoria do negócio, localização e até novas oportunidades para os microempreendedores como emprego fixo. Mas a realidade é que parte dos empreendedores não levanta informações importantes sobre o mercado, como: clientes, concorrência e fornecedores, não fazem um planejamento estratégico do seu negócio e com isso não obtêm o resultado esperado.

Levando em consideração a falta de recursos financeiros para inovar ou expandir os microempreendimentos, surge como solução o microcrédito que concede auxílio financeiro para pessoas de baixa renda e sem excesso de burocracia, visando facilitar o desenvolvimento de pequenos negócios.

O microcrédito é uma forma de “ajuda” financeira a pessoas de baixa renda que não possuem garantias reais e que não conseguiriam financiamentos em instituições tradicionais, sendo ele voltado para o desenvolvimento de atividade produtiva, incentivando a geração de renda.

O conceito mais utilizado de microcrédito se deu a partir das ações de Muhammad Yunus em Bangladesh, com a criação do Banco Grameen que oferecia crédito popular por um ano, com prestações semanais, a baixas taxas de juros o que ocasionou uma taxa baixíssima de inadimplência. Já que o objetivo do banco era a inclusão de pessoas menos favorecidas na esfera econômica da sociedade, principalmente mulheres solteiras sem renda fixa.

No Brasil para se tentar reverter os entraves quanto ao acesso ao microcrédito foi instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) pela lei 11.110 de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; e dá outras providências. Os Artigos 1º ao 7º desta Lei foram revogado pela Lei nº 13.636, de 2018 com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado (BRASIL, 2005/2018).

É importante o estudo da utilização do microcrédito para o desenvolvimento de novos empreendedores, já que não se pode afirmar que todas as pessoas nascem empreendedoras, alguns se tornam empreendedores pela necessidade e sem o incentivo certo pode ser que ela nunca desenvolva as características que definem um perfil empreendedor.

No campo não é diferente, os pequenos produtores rurais também precisam de incentivo para produzir mais e com qualidade, assim eles poderão manter suas famílias, ajudando na economia local através da venda de seus produtos e futuramente poderão ser capazes de

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

conduzir seu negócio de forma autossustentável. O presente estudo pode ser justificado pelo seguinte fato: alguns trabalhos já foram publicados a respeito do microcrédito enquanto garantidor de acesso ao crédito, gerador de emprego e renda, combate à pobreza entre outros, mas não com o objetivo de analisar o beneficiário como microempreendedor cliente dos programas de microcrédito.

O programa Amazônia Florescer Rural oferece oportunidades de acesso ao crédito para investimento e custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários. Com a intenção de cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para os agricultores familiares da linha B do PRONAF da Região Amazônica, apoiando empreendimentos que contribuam para a manutenção e/ou a geração de emprego e renda; e para o desenvolvimento local.

A Ilha de Mosqueiro apresenta três tipos de paisagens: a parte litorânea, com uma área de aproximadamente 18 Km de praias de água doce; a parte mais distante do litoral uma área mais alta de terra firme, onde fica localizado a área urbana de Mosqueiro e, a parte baixa com presença da vegetação de igapó e igarapés. Essa última paisagem é constituída pela agricultura familiar, e é dessa atividade que os moradores mantêm o sustento pela venda e consumo de seus próprios produtos.

Portanto, os microempreendedores rurais da Ilha de Mosqueiro se encaixam nas especificações de clientes do programa Amazônia Florescer Rural e por isso ambos se tornam objeto do presente estudo. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos microempreendedores beneficiários do programa de microcrédito, Amazônia Florescer Rural na Ilha de Mosqueiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As iniciativas de concessão de microcrédito tiveram seu início no século XIX na Europa, primeiramente na Alemanha, com as ações do pastor Raiffeisen, que concedia farinha de trigo para fazendeiros em crise produzirem pão para ser comercializado, ajudando assim aqueles endividados a se livrarem das garras de agiotas.

Outros casos apontados por Dantas (2012) são os fundos de empréstimos da Irlanda que permitiam acesso ao crédito, às mulheres solteiras e pobres, de pequenos valores com pagamento semanal.

O microcrédito permeia caminhos que estão além das questões financeiras,

perpassando por aspectos de cunho social, onde pesa a responsabilidade de criar condições dignas de desenvolvimento dos pequenos negócios existentes (DANTAS, 2012). Portanto, não deve ser visto como uma política assistencialista já que incentiva o envolvimento de seus tomadores em atividades produtivas para pagar o empréstimo, fazendo com que eles conquistem uma melhor renda e qualidade de vida.

Apesar de, o microcrédito começar a ser difundido no Brasil na década de 90, ele ganhou impulso com a formulação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que envolve bancos públicos e organizações do setor privado (MATOS et al., 2014).

A Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 revoga dispositivos das Leis nos 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003, ao instituir, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado (BRASIL, 2018).

De acordo com as informações contidas no site do Ministério da Economia (2015), as fontes de recursos disponibilizadas pelo PNMPO são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central (a chamada exigibilidade). E os recursos do FAT são alocados nos bancos públicos federais através dos Termos de Alocação de Depósitos Especiais (TADE's), que por sua vez repassam as instituições de Microcrédito produtivo orientado – IMPO's as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), as Cooperativas de crédito, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP)).

Os resultados do PNMPO demonstrados no anuário do DIEESE (2017) apresentaram as seguintes informações:

- Quanto a quantidade contratos realizados entre 2009-2015: houve um aumento no numero de contratos realizados de 1.620.656 para 5.713.091 em 2013, já em 2014 e 2015 ocorreu uma pequena queda (5.667.287 e 5.201.992).
- Quanto ao valor real total concedido entre 2009-2015: apresentou um aumento em 2014 (R\$ 13.767,20) e o valor médio se manteve entre R\$ 2.219,70 a R\$ 2.429,20.
- Quanto a situação jurídica: a maioria dos clientes atendidos pelo PNMPO é informal no que tange a situação jurídica, totalizando 96,8% dos clientes atendidos até 2015 e 94,6% dos valores concedidos pelo programa. 17

Quanto a execução dos Bancos Públicos Federais no 3º trimestre de 2015, o Banco do

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia responderam por R\$ 2,647 bilhões ofertados no PNMPO, o que equivale a 92,6% do volume total de microcrédito concedido no período (MTE, 2015).

O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia ampliaram os recursos ofertados nas suas linhas de microcrédito produtivo orientado ao longo do 3º trimestre de 2015 já o Banco do Nordeste do Brasil, reduziu o seu patamar 18 operacional em relação ao volume executado no segundo trimestre de 2015 (MTE, 2015). Inúmeras ações de microcrédito já foram implantadas no Brasil, dentre elas: o programa UNO criado em 1973, que desapareceu em 1991 pela falta de autosustentabilidade; o CEAPE que é tido como a primeira organização formal de microcrédito, segundo Dantas (2012) atua fornecendo crédito individual com garantia de avalista e em grupos solidários.

Em 2006 o Banco da Amazônia celebrou um Acordo de Cooperação Técnica com os ministérios da Integração (MI), Trabalho e Emprego (MTE) e Meio Ambiente (MMA) para elaborar e implementar um Programa de Microfinanças Sustentáveis para a Região Amazônica (DANTAS, 2012). Dando início ao programa que será abordado no presente estudo.

A agricultura familiar tem sua origem com o processo de colonização do Brasil, a partir do final do século XIX, através da imigração de povos oriundos de outros países, como Alemanha e Itália, que se instalaram inicialmente no estado de São Paulo e trabalhavam nas lavouras de café (LIMA et al., 2015).

Os dados do estudo INCRA/FAO apontam que na região Norte, os agricultores familiares representam 85,4% dos estabelecimentos, ocupam 37,5% da área e produzem 58,3% do VBP da região, recebendo 38,6% dos financiamentos (MDA/ FAO, 2000).

Diante desse cenário foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e que representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar como categoria social (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

O Pronaf tem como objetivo atender mais amplamente os pequenos agricultores familiares, cuja produção é resultado da própria força de trabalho (DELGADO; 21 BERGAMASCO, 2017). Seu intuito é fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo, assim, adotou uma diferenciação em seu público, onde: o grupo A contempla assentados da reforma agrária; o grupo B atende agricultores com baixa produção, indígenas e quilombolas; os grupos C, D e E são compostos por aqueles que possuem melhor renda, ou seja, estão em ordem crescente de renda, o E é o mais rico e o B, o mais pobre (GUANZIROLI et al., 2012).

Em 1966, o Banco de crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (BECKER, 2001) e assume o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, tornando-se depositário dos recursos provenientes dos incentivos fiscais.

Nos anos 80 e 90, como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado em 1989, o Banco possibilita aos mini, micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de 23 financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, resultando no crescimento de postos de trabalho e da geração de renda.

O interesse do presente estudo é pelo Programa Amazônia Florescer do Banco da Amazônia S/A que começou suas atividades em 2007 e atua em parceria com a OSCIP Associação de Apoio à Economia Popular da Amazônia (AMAZONCRED).

Os três sub-programas do Amazônia Florescer são: Amazônia Florescer Urbano (AFU), Amazônia Florescer Rural (AFR) e Amazônia Florescer Empreendedor Individual (EI). A ênfase do presente estudo será no programa Amazônia Florescer Rural que tem como objetivo expandir o atendimento aos agricultores familiares, por meio de metodologia própria na concessão de microcrédito produtivo e orientado, 26 atendendo o público de mais baixa renda do PRONAF, os agricultores familiares do Programa de Microcrédito Produtivo Rural – MPO (PRONAF B) conforme consta no site do Banco da Amazônia (2019).

Segundo Chiavenato (2007) o empreendedorismo tem sido visto como um engenho que direciona a inovação e promove o desenvolvimento econômico. Desde os primórdios o empreendedor é associado a lucro, inovação e risco. Mas, para Brito et al., (2013) o empreendedor é capaz de conceder a algo já existente uma nova funcionalidade além de detectar oportunidades rentáveis, também busca informações e conhecimentos, pois entende que esse é o caminho para o êxito do seu negócio.

No Brasil a maior parte dos estabelecimentos de produtores rurais são classificados como empreendimentos de agricultura familiar, representando cerca de 85,2% do total de estabelecimentos rurais e contam com a maior parte do seu trabalho sendo fornecidas por membros da família (INCRA, 2000).

A partir da década de 60 os incentivos do governo chamados de “pacotes tecnológicos”, e a “Revolução Verde”, aumentaram a produção, mas aceleraram o chamado êxodo rural.

Fazendo-se necessário que o microempreendedor rural possua determinadas características fundamentais para enfrentar as dificuldades diante de um novo negócio, como:

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

enxergar as oportunidades; ter habilidade para saber quando começar ou recomeçar; saber “vender seu peixe”; possuir network; enxergar as necessidades do mercado; ter opinião; ser persistente; assumir os riscos; ter liderança; buscar progredir sempre (EQUIPE AGRO FUTURO, 2019).

O SEBRAE, em parceria com a FAERJ elaborou a Cartilha do empreendedor rural para levar as informações necessárias ao empreendedor rural sobre às políticas que podem melhorar sua qualidade de vida e o seu negócio. Com o intuito de conscientizar sobre a formalização dos microemprendimentos rurais, que é um setor importante no que tange a alimentação dos brasileiros

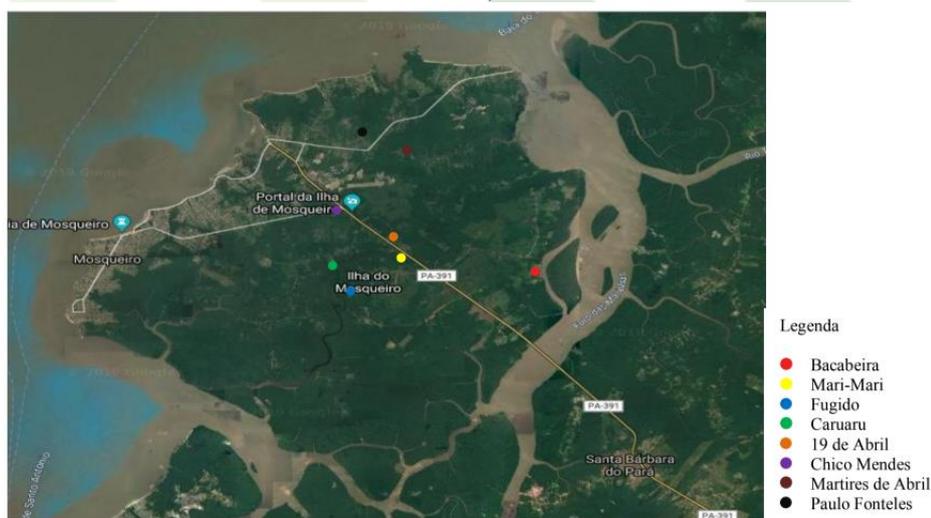
Além disso, a Equipe Agro Futuro (2019) pontua que de forma geral, o empreendedor rural deve possuir habilidades em relação às questões financeiras e computacionais; às questões sociais e às relações pessoais; conhecimento técnico; e habilidades no campo da gerência e administração também são importantes para o sucesso na gestão da atividade rural diante dos desafios de qualquer negócio, seja ele novo ou não.

METODOLOGIA

1- Área

O presente estudo foi realizado nas comunidades Chico Mendes, Caruarú, MariMari, Bacabeira, Fugido, Paulo Fonteles e 19 de Abril que compõe a Ilha de Mosqueiro, no estado do Pará, um dos distritos administrativos de Belém a capital paraense.

Figura 01: Mapa com localização aproximada das comunidades rurais do presente estudo na Ilha de Mosqueiro, Belém – Pará, 2019.



Fonte : Google Maps (2019).

A aplicação dos questionários, a ilha de Mosqueiro com mais de 33 mil moradores conta com o maior número de beneficiários que são clientes do mesmo agente de crédito, segundo informações do mesmo são 221 atendidos, em relação as demais localidades que ele atende, 22 em Marituba e apenas 1 em Benevides.

De acordo com Sá (2013) o conjunto de Ilhas proporciona três tipos de paisagens distintas na região. A parte litorânea, uma área de aproximadamente 18 Km de praias de água doce; a parte mais distante do litoral que faz parte da área mais alta de terra firme, onde fica localizado a área urbana de Mosqueiro e, a parte baixa com presença da vegetação de igapó e igarapés. Cada tipo de paisagem constitui um ritmo de vida para os moradores do distrito. A parte alta - terra firme tem o movimento urbano comandado pelo turismo.

A vegetação de igapó, parte baixa de Mosqueiro é constituída pela agricultura familiar, rodeada de igarapés. Lá, os moradores mantêm o sustento pela venda e consumo de seus próprios produtos. Já a parte litorânea tem o movimento econômico definido pela venda de alimentos tais como: peixe água de coco, tapioca etc. É importante destacar também, o Cajueiro, local onde se comercializa grande quantidade de peixe que é trazido pelos pescadores e desembarcado na beira do rio (SÁ, 2013).

De carro particular leva aproximadamente uma hora e meia de viagem, ônibus, duas horas de viagem ou Vans, com tempo previsto de viagem entre uma hora e meia. O caminho percorrido de Belém até Mosqueiro começa na BR- 316, passa pela PA-191 e após aproximadamente 60 quilômetros percorridos atravessa a ponte Sebastião de Oliveira que tem 1.457,35 metros de comprimento (SÁ, 2013).

1.2 Obtenção dos dados

O principal método para a obtenção de dados foi através da aplicação de questionários (em anexo) com os empreendedores rurais que fazem parte do programa Amazônia Florescer Rural que obtiveram sucesso em suas operações de microcrédito, garantindo assim a possibilidade de empréstimos junto a Unidade de Microfinanças.

O total de atendidos pelo programa Amazônia Florescer, na ilha de Mosqueiro é de 221 beneficiários, foram aplicados questionários com produtores rurais, em oito comunidades, sendo elas: Caruaru, Mari-Mari, Bacabeira, Chico Mendes, 19 de Abril, Fugido, Paulo Fonteles e Mártires de Abril.

A aplicação dos 64 questionários representou 28,95% do total amostral (221), cada questionário continha 06 perguntas sobre o perfil socioeconômico dos beneficiários, e 18 sobre o setor produtivo, a produção, o programa Amazônia Florescer e o desenvolvimento da

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

atividade, além de um questionário específico sobre o perfil empreendedor, cuja avaliação variava de insuficiente a excelente, gerando uma nota final com objetivo de identificar o perfil empreendedor do entrevistado.

A coleta dos dados foi dividida em dois períodos, o primeiro se deu de março a abril de 2019, onde foi possível 33 microempreendedores rurais; o segundo período foi de junho a julho de 2019, quando foram entrevistados 31 beneficiários do programa.

Foram realizadas entre 12 a 15 visitas aos locais, devido as comunidades ficarem em áreas de acesso precário, o que também é um fator de isolamento que dificulta o acesso dessas famílias a políticas públicas básicas, nesse sentido a presença do agente de crédito é muito importante como elo entre essas pessoas e as instituições financeiras.

Portanto, a amostragem foi do tipo intencional, a mais simples das amostras não probabilísticas, já que o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião. Os casos escolhidos para a amostra procuram representar um “bom julgamento” da população/do universo e os resultados têm validade para aquele grupo específico e/ou contexto específico (PRODANOV, 2013).

1.3 Análise dos dados

Para Vosgerau et al. (2017), a análise de dados inicia-se ainda durante a coleta de dados, através das anotações realizadas pelo pesquisador, pois estas contêm as informações e reflexões únicas que poderão ser confrontadas ou enriquecer a análise do material coletado.

A presente pesquisa é quantitativa quanto à abordagem, descritiva quanto aos fins, quanto aos meios, pode ser considerada uma pesquisa de campo através de levantamento de dados.

A análise de dados do presente estudo foi através da estatística descritiva, que Falco e Junior (2012) conceituam como aquela que se preocupa com a coleta, organização, classificação, apresentação, interpretação e análise de dados referentes ao fenômeno através de gráficos e tabelas, além de calcular medidas que permita descrever o fenômeno.

Piana et al., (2009) apontam que a Estatística Descritiva cuida do resumo e apresentação de dados de observação por meio de tabelas, gráficos e medidas, o tratamento desses dados será por meio de análise de conteúdo e a amostra foi intencional, tendo em vista que os entrevistados foram apenas pessoas que tiveram acesso ao microcrédito do programa Amazônia Florescer Rural.

O último objetivo específico será baseado na metodologia apresentada por Dornelas (2003), que busca mensurar o quanto cada entrevistado apresenta das características

empreendedoras, a partir de um questionário de auto-avaliação, com notas que vão de insuficiente a excelente.

O teste está dividindo em tópicos como: Comprometimento e determinação; obsessão pelas oportunidades; tolerância aos riscos, ambigüidade e incertezas; criatividade, auto-confiança e habilidade de adaptação; motivação e superação; e liderança. Visando mensurar o empreendedor quanto ao ambiente, atitudes e *know-how* (saber prático). E o resultado da pontuação é dado conforme a tabela abaixo:

Tabela 01: Resultado da Auto-avaliação do perfil empreendedor (ambiente, atitudes e know-how).

120 a 150 pontos:	Você provavelmente já é um l, possui as características comuns aos empreendedores e tem tudo para se diferenciar em sua organização.
90 a 119 pontos:	Você possui muitas características empreendedoras e às vezes se comporta como um, porém pode melhorar ainda mais se equilibrar os pontos ainda fracos com os pontos já fortes.
60 a 89 pontos:	Você ainda não é muito empreendedor e provavelmente se comporta, na maior parte do tempo, como um administrador tradicional e não um “fazedor”. Para se diferenciar e começar a praticar atitudes empreendedoras, procure analisar os seus principais pontos fracos e definir estratégias pessoais para elimina-los.
Menos de 59 pontos:	Você não é empreendedor e, se continuar a agir como age dificilmente será um. Isso não significa que você não tenha qualidades, apenas que prefere seguir a ser seguido. Se sua posição na empresa exigir um perfil mais empreendedor, reavalie sua carreira e seus objetivos pessoais.

Fonte: Adaptado de Dornelas, 2003.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados no presente estudo foram organizados em tabelas e gráficos para melhor visualização e posterior análise dos mesmos, a tabela a seguir apresenta os valores referentes à localidade, sexo, faixa etária e escolaridade dos beneficiários do programa Amazônia Florescer Rural da Ilha de Mosqueiro.

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

Tabela 02: Distribuição do total absoluto e percentual dos entrevistados que são beneficiários do programa Amazônia Florescer Rural, quanto à localidade, sexo, faixa etária e escolaridade. Ilha de Mosqueiro – Pará, 2019.

		Total Absoluto	Porcentagem
Localidade	Caruaru	13	20,31%
	Paulo Fonteles	12	18,75%
	Mártires de Abril	10	15,63%
	Coop. Chico Mendes	9	14,06%
	Coop. Mari-Mari	8	12,50%
	Bacabeira	8	12,50%
	Fugido	3	4,69%
	19 de Abril	1	1,56%
Sexo	Masculino	42	65,6%
	Feminino	22	34,4%
Faixa Etária	De 18 – 27 anos	10	15,6%
	De 28 – 37 anos	15	23,4%
	De 38 – 47 anos	9	14,1%
	De 48 – 57 anos	16	25,0%
	De 58 – 67 anos	12	18,8%
	De 68 – 77 anos	2	3,1%
Escolaridade	Fund. Incompleto	29	45,3%
	Fund. Completo	11	17,2%
	Médio Incompleto	11	17,2%
	Médio Completo	13	20,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A partir da análise dos dados obtidos através dos questionários aplicados, pode-se observar que a maioria dos entrevistados foram do sexo masculino, representando 65,6% do total, e 34,4% eram do sexo feminino.

O presente estudo se mostra divergente aos dados apresentados em outros trabalhos que abordam o microcrédito, onde ocorre a predominância feminina, isso porque no meio rural o homem ainda é tido como o chefe da casa, responsável não apenas pelo provimento da alimentação, como também pela quitação dos débitos adquiridos pela família.

Em relação ao Crediamigo do BNB, por exemplo, cerca de 62% dos clientes é do sexo feminino e esse programa, segundo Santos; No programa Amazônia Florescer acontece o mesmo, segundo Lameira (2017) 60% dos empreendedores atendidos são mulheres, mantendo assim, a média em relação ao PNMPO, com a prevalência de mulheres atuando com o microcrédito. Esses dados apontam que o Brasil segue os preceitos do Banco Grameen, pioneiro no microcrédito, que tem como foco, além do combate a pobreza, incentivar o empreendedorismo feminino.

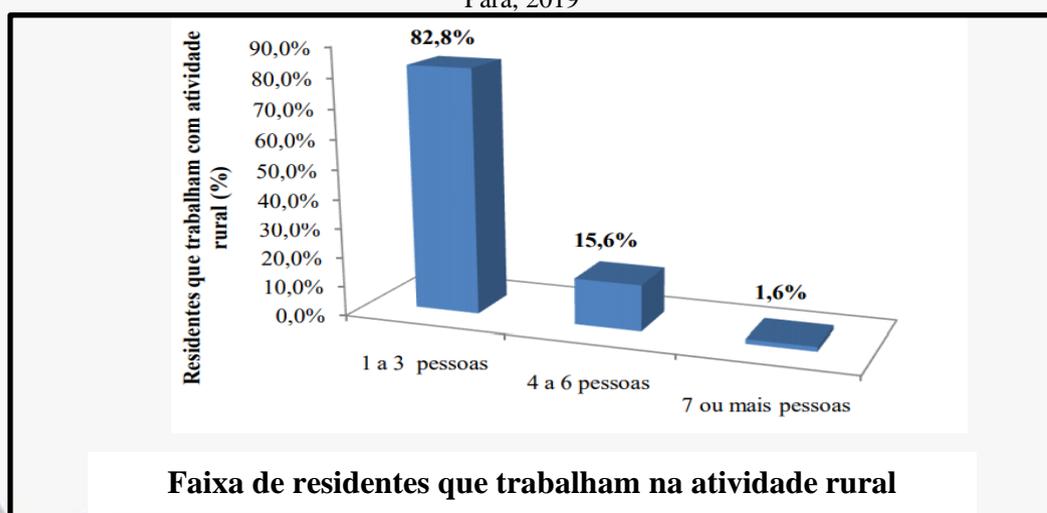
Para Mendes et al. (2014) uma das causas para o não acesso às políticas públicas pelas mulheres no contexto da agricultura familiar, é a falta de documentação. Independente de qual

seja a justificativa, as mulheres deveriam ser mais visadas no contexto do microcrédito rural, afinal elas são as responsáveis pela educação dos filhos, ou seja, são elas que determinam o futuro das comunidades na forma que direcionam as próximas gerações, a buscarem um futuro digno através da agricultura ou migrando para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Em relação à faixa etária, no presente estudo, os clientes do microcrédito de 48 a 57 anos apresentaram maior percentual, 25%, em relação às demais faixas (vide tabela 02), e os clientes de 28 a 37 anos, apresentaram percentual de 23,4%, estando ambos dentro da faixa etária, 25 a 55 anos, onde a força de trabalho, segundo Mendes et al. (2014) é bastante significativa no campo.

Tais dados indicam que a questão da educação no campo ainda é um problema a ser resolvido. Considerando que há no campo um grande número de famílias que, por razões adversas, não conseguem completar a educação básica (MENDES et al., 2014).

Gráfico 01: Número de residentes por estabelecimento que trabalham com atividade rural na Ilha Mosqueiro – Pará, 2019



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

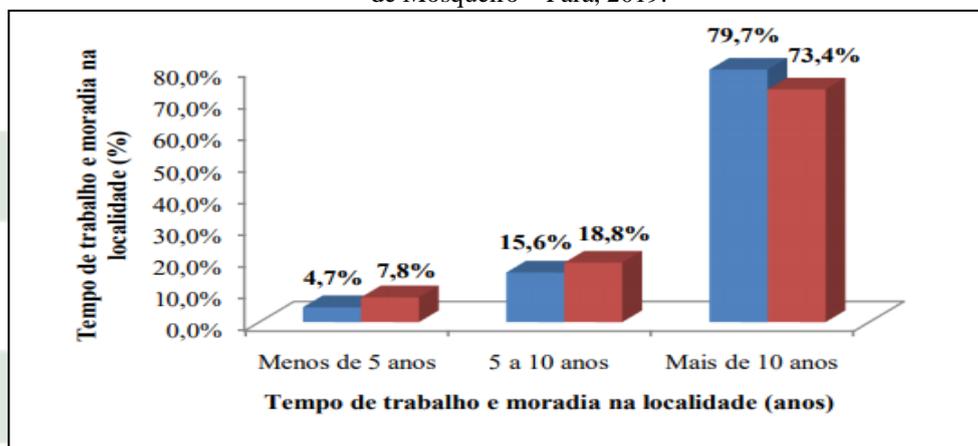
Do total de residentes em cada moradia, 1 a 3 trabalham com atividade rural, em 82,8% dos casos, geralmente o marido e a mulher, já que os filhos quando crianças se dedicam as atividades escolares.

Mariani et al. (2019) apontam que a agricultura de pequena propriedade, concentra maior parte do pessoal ocupado, se deparando cada vez com problemas de produtividade e competitividade nos mercados de atuação se comparado ao setor agrícola privilegiador e excludente. Na agricultura familiar é comum que os membros da família se integrem nas atividades produtivas realizadas na propriedade, pois isso reduz o custo com mão-de-obra

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

externa. Mas foi relatado no decorrer da pesquisa que, em alguns casos, alguém da residência não trabalhava com a atividade rural buscando contribuir de outra forma com a renda familiar.

Gráfico 02: Tempo de trabalho na atividade rural e tempo de moradia dos entrevistados nas comunidades da Ilha de Mosqueiro – Pará, 2019.



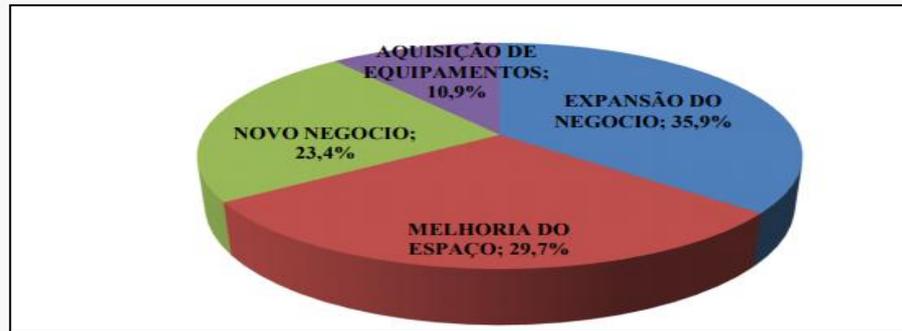
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No estudo de Mendes (2014) 76,66% das agricultoras investigadas tem origem rural, ou seja, moravam e trabalhavam antes no meio rural. Trazendo isso para a temática do microcrédito, Reymão (2018) aponta que ele e o desenvolvimento local estão intimamente ligados, o que pode ser muito relevante, pois tem impactos positivos na melhoria da condição de vida dos indivíduos e da comunidade.

Mesmo trabalhando a muito tempo com atividade rural, os entrevistados nunca tinham experimentado serviços e produtos oferecidos por instituições financeiras para esse tipo de atividade específica. É evidente a importância do microcrédito para a geração de renda e melhoria das condições de vida.(REYMÃO, 2018).

Em relação aos investimentos realizados a partir da aquisição do empréstimo (gráfico 03), eles foram para: expansão do negócio (35,9%), melhoria do espaço (29,7%), iniciar novo negocio (23,4%) ou aquisição e equipamentos (10,9%).

Gráfico 03: Como foram investidos os valores adquiridos junto ao programa Amazônia Florescer Rural. Ilha de Mosqueiro – Pará, 2019.

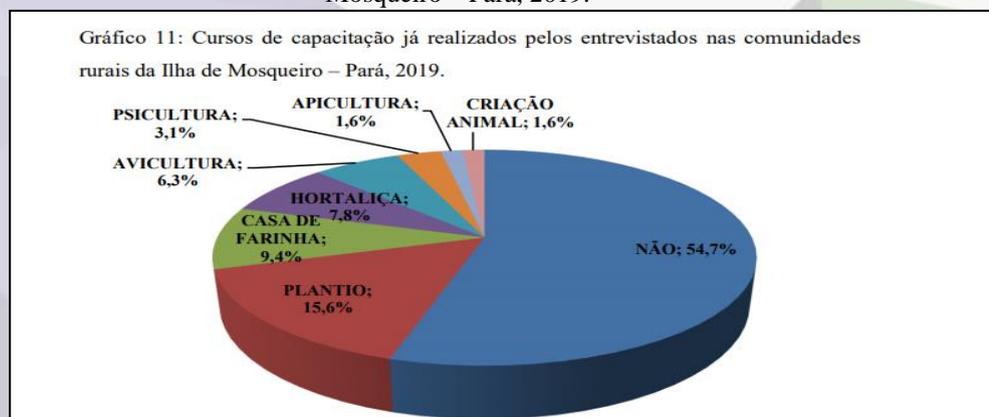


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na pesquisa de Dantas (2012) 37% utilizaram o dinheiro do empréstimo para aumentar seus estoques e 15% dos clientes aumentaram o leque de produtos e serviços, para ele, esses dados comprovam o efeito que o acompanhamento do agente de crédito pode proporcionar ao empreendimento através de suas observações in loco, 15% dos clientes reformaram sua área de trabalho. Para Souza (2018) os empréstimos tomados junto aos programas de microcrédito podem ser para um empreendimento já existente ou para a concepção de um novo negócio. No caso de um novo negócio deve ser realizada uma avaliação mais subjetiva, prognóstico do futuro, capacidade empreendedora, viabilidade da ideia, entre outras ações de prevenção. Além de exigir um agente de crédito melhor qualificado, capaz de assessorar a montagem do plano de negócio, com conhecimentos técnicos e gerenciais específicos. O prazo do financiamento deve ser de 12 a 24 meses para que haja retorno.

Em relação aos cursos de capacitação já realizados pelos entrevistados, o presente estudo constatou, conforme apontado no gráfico 3, que 54,7% dos entrevistados nunca participaram de nenhum curso de capacitação, os outros 45,3% já participaram de cursos de plantio, casa de farinha, hortaliça, avicultura, piscicultura, apicultura e criação animal.

Gráfico 04: Cursos de capacitação já realizados pelos entrevistados nas comunidades rurais da Ilha de Mosqueiro – Pará, 2019.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

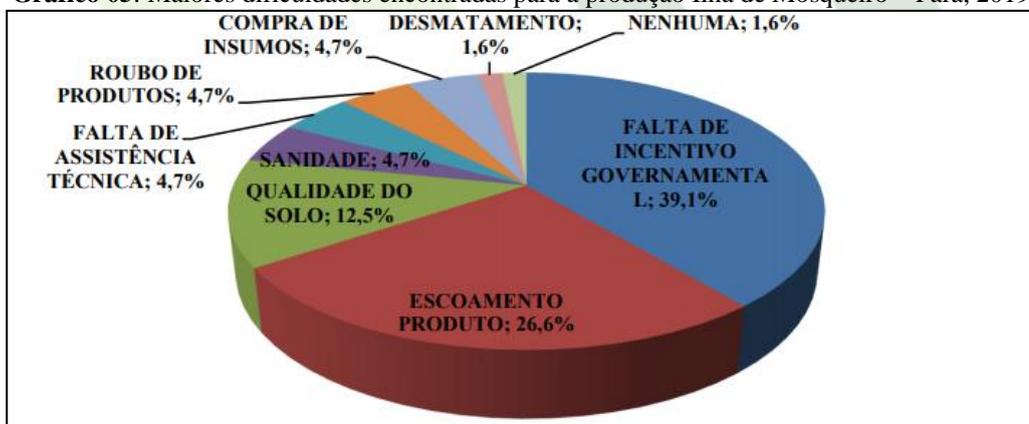
Na pesquisa realizada por Simoni et al. (2016) os agricultores envolvidos no projeto ampliaram seus conhecimentos em agricultura agroecológica, pois foram ministrados vários cursos sobre fertilidade do solo e práticas para produção de biofertilizantes e compostagem, como fonte de adubação orgânica, e medida econômica e sustentável, tanto pelos benefícios no desenvolvimento das plantas e reestruturação do solo, como na preservação ambiental.

Isso demonstra a importância da aprendizagem no meio rural com consequente melhoria da qualidade de vida no campo, diminuição do impacto ambiental através da sustentabilidade e melhor investimento de recursos financeiros, como dos valores adquiridos junto ao Amazônia Florescer Rural. Portanto, são necessárias políticas que possam inseri-los no acesso à diversificação de conhecimentos, de modo a incorporarem novas técnicas que resultem em incremento na produção, melhoria da qualidade dos produtos, bem como acesso ao mercado e, portanto, maior competitividade do setor (SILVA, 2008).

Para sanar as dificuldades com assistência técnica, algumas empresas governamentais ou não, se apresentam como parceiras nesse processo de aprendizagem no campo, conforme apontado no gráfico 12, dentre elas: EMATER (28,1%), IDATAM e SENAR (7,8% cada), BASA (3,1%) e IDEFLOR (1,6%). Apesar disso, 51,6% dos entrevistados afirmaram não ter recebido assistência técnica de nenhum órgão.

Com relação às dificuldades encontradas para a produção, o presente trabalho apontou variáveis relacionadas à manutenção do negócio rural como: a falta de incentivo governamental com ações eficazes que apresentou o maior percentual 39,1%; escoamento do produto (venda) 26,6%; qualidade do solo 12,5%; sanidade, falta de assistência técnica, roubo de produtos e compra de insumos 4,7% cada; desmatamento 1,6% (Gráfico 05).

Gráfico 05: Maiores dificuldades encontradas para a produção Ilha de Mosqueiro – Pará, 2019.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No relatório da GEM 2018, os principais fatores limitantes relacionados a abertura de

novos negócios, segundo os especialistas entrevistados foram: as políticas governamentais (73,8%), apoio financeiro (42,9%) e educação e capacitação (40,5%).

O entrave causado pela qualidade do solo é uma limitação para a produção principalmente na hortifruticultura, aumentando a necessidade de adubo que nem sempre é encontrado nas proximidades e acaba gerando custo na aquisição.

A sanidade, a falta de assistência técnica, o roubo de produtos e a compra de insumos também foram considerados como dificuldades (4,7% cada).

O desmatamento foi considerado como principal fator limitante para o apicultor na sua produção, pois afeta a população de abelhas e por sua vez a produção de mel, mas principalmente a polinização de frutos e frutas fica comprometida.

CONCLUSÕES

Apesar dos constantes esforços para a melhoria da renda dos microempreendedores rurais, o microcrédito produtivo orientado ainda é limitado, de acordo com as informações coletadas no presente estudo ainda há gargalos no que tange a capacitação e a assistência técnica nas comunidades rurais, isso pode ser ocasionado pela alta demanda, mas estudos precisam ser realizados junto aos órgãos de assistência técnica para que isso seja comprovado.

Os microempreendedores rurais possuem experiência comprovada pelo tempo de trabalho com atividade rural e vontade de avançar em suas atividades no campo, apesar da baixa escolaridade, isso porque o microempreendedor é aquele que não possui um grande negócio, mas é comprometimento com o que faz e assume as responsabilidades de suas ações, para mudar a realidade a sua volta.

As dificuldades encontradas podem ser sanadas, para isso é necessário um esforço conjunto entre sociedade civil, comunidade acadêmica/científica e poder público, com apoio na absorção dos produtos da agricultura familiar e auxílio no desenvolvimento dos projetos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis n° 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21.3.2018. Disponível em: . Acesso em: 08 ago. 2019.

BRITO, Andréia Matos. Empreendedorismo / Andréia Matos Brito; Pedro Silvino Pereira; Ângela Patrícia Linard – Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013. 96 p.; il. ISBN 978-85-63953-36-0

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria.

MICROEMPREENDEDORISMO RURAL

Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BNB, Banco do Nordeste do Brasil. Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste RELATÓRIO 2017. Disponível em: . Acesso em: 08 abr 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população **brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. Empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio / Idalberto Chiavenato. - 2.ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007.

DANTAS, Diogo Willavian Maciel. O impacto do microcrédito na expansão de pequenos empreendimentos: análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Faculdade de Administração da Universidade Federal do Pará (PA). Belém, 2012.

DIEESE. Microcrédito e Proger: livro 5. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FALCO, Javert Guimarães e JUNIOR, Roberto José Medeiros. Estatística. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Curitiba: 2012.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; SABBATO, Alberto Di. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012 – Impressa em Maio de 2012.

LAMEIRA, Whalasy da Silva. MICROCRÉDITO E COMBATE À POBREZA: Uma análise da experiência do Programa Amazônia Florescer. **Dissertação de PósGraduação. Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)**. Pará: Belém, 2017.

LIMA, Charles Carminati de; PARTELI, Laís de Fátima; LOOSE, Cleberson Eller. O empreendedorismo rural e a agroindústria familiar na gestão da atividade agropecuária em Rondônia. RAC - Revista de Administração e Contabilidade - CNECEdigraf - Ano 14 - n. 27 - jan/jun. - 2015 - p.97-134

MTE, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Edição: 03 de dezembro de 2015. Disponível em: . Acesso em: 05 jun. 2019.

MDA/INCRA/FAO. Cardim, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SILVA, João dos Santos Vila da; NEVES, Ronaldo José; SILVA, Tania de Paula da. Perfil dos agricultores familiares extrativistas da Região Sudoeste Matogrossense, pertencente a Bacia do Alto Paraguai – Brasil. Bol. geogr., Maringá, v. 32, n. 3, p. 94-109, set.-dez., 2014.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; SILVA, Claudio Cesar da; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo; OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento. A contribuição dos cursos de formação profissional do SENAR na qualificação dos trabalhadores rurais – um estudo no município de Brasilândia-MS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil. Disponível em: . Acesso em: 01 out. 2019

NCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto. 2000. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PIANA, Clause Fátima de Brum; MACHADO, Amauri de Almeida; SELAU, Lisiane Priscila Roldão. Estatística Básica. Pelotas: UFPel, Instituto de Física e Matemática. 2009.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão e FERREIRA, Alexandre Trindade. Microcrédito Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia. In: REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. Desenvolvimento, Trabalho e Políticas Públicas. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão e SILVA, Northon Sérgio Lacerda. Crédito e direito ao desenvolvimento: o Amazônia Florescer e a inclusão financeira dos produtores de açaí. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 194-211, jan./jul. 2018.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SÁ, Talita Rodrigues. Pelos caminhos da geolinguística paraense: um estudo do léxico do Distrito Mosqueiro numa perspectiva socioeducacional. Dissertação (mestrado em educação), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.